



Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Uauá

terça-feira, 23 de junho de 2020

Ano VIII - Edição nº 01261 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Uauá publica



Praça Praça Belarmino José Rodrigues | S/N | Centro | Uauá-Ba

www.pmuaua.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F012D581901B8150E3440A62AE0AB5E5

Prefeitura Municipal de Uauá

SUMÁRIO

- DECRETO Nº 1.120/2020.
DECRETO Nº 1.121/2020.
- LEI MUNICIPAL Nº 621 DE 2020 - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeitura Municipal de Uauá

Decreto



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1.120/2020

“Dispõe sobre a nomeação do cargo comissionado de Coordenador do Departamento de Convênios.”

O **Prefeito Municipal de Uauá**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 271/2005 e posteriores alterações,

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeado o senhor **TARCISIO FERREIRA CARDOSO FILHO** para exercer o cargo comissionado de Coordenador do Departamento de Convênios (símbolo CC-2), vinculado ao Gabinete do Prefeito do Município de Uauá.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE UAUÁ, em 19 de junho de 2020.

Lindomar de Abreu Dantas
Prefeito Municipal

Praça Belarmino José Rodrigues, s/n, Centro, CEP 48.950-000, Uauá – Bahia
Tels.: (74) 3673-1707 / 3673-1938 – E-mail: gabinete.prefeito@uaua.ba.gov.br
CNPJ – 13.698.758/0001-97

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1.121/2020

“Dispõe sobre a nomeação do cargo comissionado de Assessor da Procuradoria Jurídica.”

O **Prefeito Municipal de Uauá**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 271/2005 e posteriores alterações,

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeado o senhor **LUÍS ALBERTO DE SOUZA FILHO**, para exercer o cargo comissionado de Assessor da Procuradoria Jurídica (símbolo CC-3), vinculado ao Gabinete do Prefeito do Município de Uauá.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE UAUÁ, em 19 de junho de 2020.

Lindomar de Abreu Dantas
Prefeito Municipal

Praça Belarmino José Rodrigues, s/n, Centro, CEP 48.950-000, Uauá – Bahia
Tels.: (74) 3673-1707 / 3673-1938 – E-mail: gabinete.prefeito@uaua.ba.gov.br
CNPJ – 13.698.758/0001-97

Prefeitura Municipal de Uauá

Lei de Diretrizes Orçamentárias (Ldo)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO

Lei Municipal nº 621, de 22 de junho de 2020

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UAUÁ, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em conformidade com disposto na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2021, compreendendo:

- I** - as Metas e os Riscos Fiscais da Administração Pública Municipal;
- II** - as prioridades e metas para o exercício financeiro de 2021;
- III** - diretrizes e disposições específicas, relativas à elaboração e execução da lei orçamentária anual do Município;
- IV** - disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- V** - disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI** - disposições relativas à política e despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII** - disposições gerais.

Parágrafo único. Esta Lei compreenderá, também, excepcionalmente, a definição da estrutura, organização, elaboração, alterações e execução do orçamento municipal.

Art. 2º. Para efeito desta Lei são adotados os seguintes conceitos e definições:

- I** - Entendem-se como Despesas Fixas Obrigatórias os seguintes gastos:
 - a) as despesas com o Serviço da Dívida Municipal;
 - b) os gastos relativos ao pagamento da folha normal de Pessoal e seus Encargos Sociais
 - c) as despesas necessárias ao cumprimento de obrigações constitucionais, bem como de obrigações estabelecidas em Leis Orgânicas Municipais;

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ GABINETE DO PREFEITO

II - Constituem Outras Despesas Fixas aquelas decorrentes de obrigações Contratuais ou Convênios, incluindo Contrapartidas, firmados pela Administração Municipal, bem como aquelas relativas à conservação do patrimônio público;

III - São despesas de conservação do patrimônio público aquelas relativas a conservação dos equipamentos públicos, sobretudo aqueles destinados a prestação de serviços à coletividade local.

CAPÍTULO II DAS METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3º. As metas fiscais para o exercício de 2021 são as constantes do Anexo I da presente Lei.

Parágrafo único - As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto da Lei Orçamentária de 2021, se verificado, quando da sua elaboração, alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da execução dos orçamentos de 2020, além de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

Art. 4º. São definidos os Riscos Fiscais da Administração Municipal constantes do Anexo II desta Lei.

§ 1º. A lei orçamentária conterá reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida estimada, destinada ao atendimento de passivos contingentes e riscos fiscais.

§ 2º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 03 de outubro de 2021, ou seja, 90 (noventa) dias antes do encerramento do exercício, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para a abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tenham se tornado insuficiente.

Art. 5º. A elaboração e a aprovação do Projeto da Lei Orçamentária de 2021, e a execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social integrantes da respectiva Lei serão orientadas para:

I - atingir as metas fiscais relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidas no Anexo I desta Lei, conforme previsto nos §§ 1º e 2º, do art. 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/00;

II - evidenciar a responsabilidade da gestão fiscal, compreendendo uma ação planejada e transparente, mediante o acesso público às informações relativas ao orçamento anual, inclusive por meios eletrônicos e através da realização de audiências ou consultas públicas;

III - aumentar a eficiência na utilização dos recursos públicos disponíveis e elevar a eficácia dos programas por eles financiados;

IV - garantir o atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas.

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO III DAS PRIORIDADES E METAS PARA O EXERCÍCIO DE 2021

Art. 6º. Constituem prioridades da Administração Pública Municipal:

- I - as Despesas Fixas Obrigatórias;
- II - as Outras Despesas Fixas;
- III - Outras Ações Prioritárias.

§ 1º. As prioridades definidas neste artigo poderão ser revistas por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, a definição das transferências constitucionais constantes das propostas orçamentárias da União e do Estado e, principalmente, a revisão do Plano Plurianual para o período 2018/2021.

§ 2º. Com relação às prioridades estabelecidas neste artigo, observar-se-á, ainda, o seguinte:

- I - terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2021, e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limitação à programação da despesa;
- II - em caso de necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão ressaltar, sempre que possível, as ações que constituam metas e prioridades estabelecidas nos termos deste artigo.

§ 3º. O Poder Executivo justificará, na Mensagem que encaminhar a Proposta Orçamentária, a eventual impossibilidade técnica ou legal de execução de despesas definidas no Anexo de Metas e Prioridades.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I DAS DIRETRIZES BÁSICAS

Art. 7º. As prioridades definidas no artigo anterior buscarão atingir os seguintes objetivos estratégicos:

- I - desenvolvimento municipal integrado;
- II - melhoria da qualidade de vida;
- III - promoção da cidadania e da integração social;
- IV - desenvolvimento da gestão pública gerencial;
- V - ação legislativa.

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO

Art. 8º. A elaboração e execução do orçamento para o exercício de 2021 deverão nortear-se pelas seguintes diretrizes básicas:

- I - equilíbrio das contas públicas municipais;
- II - transparência na definição e na gestão dos orçamentos municipais;
- III - respeito ao princípio orçamentário da programação;
- IV - austeridade na utilização e otimização dos recursos públicos;
- V - obtenção de níveis satisfatórios de arrecadação tributária municipal.

Subseção I

Do Equilíbrio das Contas Públicas Municipais

Art. 9º. Para obtenção do equilíbrio das contas públicas municipais, exigido pela Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas, dentre outras, as medidas e os procedimentos indicados nesta Subseção.

Art. 10. As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerando os efeitos das alterações da legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

Art. 11. As estimativas das despesas, além dos aspectos considerados no artigo anterior, deverão adotar metodologia de cálculo compatível com a legislação aplicável, considerando o seu comportamento em anos anteriores e os efeitos decorrentes das decisões judiciais.

Art. 12. Para fins de controle de custos dos produtos realizados e de avaliação dos resultados dos programas implementados deverão ser aprimorados os processos de contabilização de custos diretos e indiretos dos produtos e desenvolvidos métodos e sistemas de informação que viabilizem a aferição dos resultados pretendidos.

Art. 13. Nenhuma despesa poderá ser criada ou ampliada sem a necessária e objetiva indicação de recursos para a sua execução.

Art. 14. A geração e o processamento da despesa pública obedecerão aos seguintes requisitos:

- a) adequação orçamentária;
- b) obediência ao Cronograma de Execução Mensal de Desembolso;
- c) imputação a sua correta classificação orçamentária;

Parágrafo único. Para efeito desta Lei compreende-se como:

- a) adequação orçamentária, a existência de previsão, na Lei Orçamentária, de dotação adequada, em montante suficiente, para acorrer à despesa;
- b) obediência ao Cronograma de Desembolso, a verificação e indicação de existência de saldo financeiro suficiente no Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, aprovado por decreto do prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO

c) imputação a correta classificação orçamentária, com indicação adequada da despesa em termos de ação própria (projeto, atividade) e sua necessária apropriação quanto à função, subfunção, programa, grupo, modalidade e elemento de despesa e fonte de recurso.

Subseção II

Da Transparência na Definição e na Gestão dos Orçamentos Municipais

Art. 15. A transparência na definição e na gestão dos orçamentos municipais, também exigida pela Lei Complementar nº 101/2000, será buscada mediante a adoção dos procedimentos indicados na própria Lei Complementar nº 101, sobretudo aqueles relacionados com o incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão da Lei Orçamentária.

Subseção III

Do Respeito ao Princípio Orçamentário da Programação.

Art. 16. A Lei Orçamentária Anual guardará estrita compatibilidade com o Plano Plurianual 2018/2021, sendo vedada a apropriação de recursos a ações (projetos e atividades) não incluídos nele ou em suas alterações e revisões.

Subseção IV

Da Austeridade na Utilização e Otimização dos Recursos Públicos

Art. 17. A manutenção do nível das atividades terá prioridade sobre as ações que visem à sua expansão.

Art. 18. Os projetos e atividades de prestação de serviços básicos em execução prevalecerão sobre quaisquer outras espécies de ação.

Art. 19. Serão reduzidas ao nível do estritamente indispensável às dotações para a aquisição de mobiliário e equipamentos destinados as atividades-meio da Administração Pública Municipal.

Art. 20. As despesas de custeio administrativo e operacional, excetuando-se pessoal e encargos, não terão aumento superior à variação equivalente ao índice de atualização de preços aplicável, salvo quando decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados a comunidade ou novas atribuições definidas no exercício de 2020 ou no decorrer de 2021.

Art. 21. Somente serão incluídas na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais dotações a título de subvenções sociais, contribuições ou auxílio, se destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos que prestam atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou prestação serviços culturais, ou a entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública, ficando o pagamento dessas despesas condicionado ao

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO

cumprimento de exigências legais, inclusive, e principalmente, a constante do art. 26, da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 22. As receitas próprias dos órgãos que integram a Administração Direta, Fundos, Autarquias e Fundações, somente poderão ser programadas para atender despesas com novos investimentos e inversões financeiras depois de terem sido atendidas, integralmente, suas necessidades relativas às Despesas Fixas Obrigatórias e Outras Despesas Fixas.

Subseção V

Da Obtenção de Níveis Satisfatórios de Arrecadação Tributária Municipal

Art. 23. A Administração Municipal adotará, de modo permanente, medidas que visem ao constante incremento da receita municipal, especialmente quanto a:

- a) melhoria da eficiência do aparelho fiscal do Município;
- b) combate à evasão e à sonegação fiscal;
- c) cobrança da dívida ativa municipal.

Subseção VI

Outras Diretrizes, Procedimentos e Orientações

Art. 24. No Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2021, as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes na época da sua elaboração.

Art. 25. A lei orçamentária conterá discriminada, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas ao atendimento de:

- I - despesas com admissão de pessoal sob regime especial de contratação, nos termos do inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal;
- II - precatórios judiciais;

Parágrafo único - Os processos referentes a pagamentos de precatórios serão submetidos, pelo órgão ou entidade competente, à apreciação da Coordenação Jurídica do Município.

Seção II

Das Diretrizes Relativas aos Consórcios Públicos

Art. 26. Na forma da legislação pertinente em vigor serão adotadas as normas e diretrizes constantes desta Seção quanto ao Consórcio Sustentável Território do São Francisco – CONSTESF e ao Consórcio Interfederativo de Saúde da Região de Juazeiro.

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ GABINETE DO PREFEITO

Art. 27. Segundo a legislação vigente, o Consórcio Público, que assume a natureza de Autarquia, constitui entidade da Administração Indireta dos Entes Consorciados.

Art. 28. Em decorrência do disposto no artigo anterior, passam a integrar a Administração Descentralizada do Município de Uauá, as Autarquias “Consórcio Sustentável Território do São Francisco - CONSTESF” e “Consórcio Interfederativo de Saúde da Região de Juazeiro”, ficando diretamente vinculada ao Gabinete do Prefeito e a Secretaria Municipal de Saúde, respectivamente.

§ 1º. Em decorrência do estabelecido neste artigo, é instituída, na Classificação Institucional da Despesa do Município, as seguintes Unidades Orçamentárias:

PODER: 2-PODER EXECUTIVO

ÓRGÃO: 2.02- GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 2.02.20 – CONSÓRCIO SUSTENTÁVEL TERRITÓRIO DO SÃO FRANCISCO – CONSTESF

PODER: 2-PODER EXECUTIVO

ÓRGÃO: 2.12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 2.12.21 – CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE JUAZEIRO

§ 2º. As transferências de recursos para o Consórcio Sustentável Território do São Francisco - CONSTESF e para o Consórcio Interfederativo de Saúde da Região de Juazeiro em decorrência de obrigações assumidas nos respectivos Contratos de Rateio integrarão os Programas de Trabalho das Unidades Orçamentárias instituídas na forma desta Lei.

§ 3º. As transferências relacionadas com despesas nas áreas da saúde e da educação serão consignadas nos Programas de Trabalho das respectivas Secretarias e Fundos através de ações específicas.

Art. 29. O Município, na qualidade de Ente Consorciado, através do Chefe do Poder Executivo, acompanhará e supervisionará as atividades do Consórcio Sustentável Território do São Francisco – CONSTESF e do Consórcio Interfederativo de Saúde da Região de Juazeiro, disponibilizando aos interessados as informações necessárias ao cumprimento do Princípio da Transparência.

SEÇÃO III DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 30. Para efeito do disposto na Lei Orgânica Municipal, visando garantir a autonomia orçamentária, administrativa e financeira do Poder Legislativo, ficam estipuladas as seguintes diretrizes para a elaboração de sua proposta orçamentária:

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ GABINETE DO PREFEITO

I - as despesas com pessoal e encargos sociais observarão o disposto nos artigos desta Lei, bem como o disposto na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000;

II - as despesas com custeio administrativo e operacional e as despesas com ações de expansão serão realizadas de acordo com a disponibilidade de recursos, dentro do limite constitucional estabelecido, na forma da alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 58 de 23 de setembro de 2009;

Parágrafo único - Na elaboração de sua proposta, a Câmara de Vereadores, obedecerá também aos princípios constitucionais da economicidade e razoabilidade, e, no que couber, às Diretrizes Básicas definidas na Seção I, Capítulo IV, desta Lei.

Art. 31. A proposta Orçamentária da Câmara Municipal deverá ser encaminhada ao Poder Executivo Municipal até o dia 30 de setembro, exclusivamente para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, não cabendo qualquer tipo de análise ou apreciação de seus aspectos de mérito e conteúdo, atendidos os princípios constitucionais e da Lei Orgânica Municipal, estabelecidos para tal fim.

Parágrafo único - Para cumprimento das disposições da Lei Orgânica Municipal e da Constituição Federal, os recursos devidos à Câmara de Vereadores deverão ser repassados àquela Casa Legislativa até o vigésimo dia de cada mês.

SEÇÃO IV

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 32. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas às áreas de saúde, previdência e assistência social, abrangendo os recursos provenientes das entidades que, por sua natureza devam integrá-lo.

Art. 33. Os recursos do Orçamento da Seguridade Social compreenderão:

I - recursos originários dos orçamentos do Município, transferência de recursos do Estado da Bahia e da União pela execução descentralizada das ações de saúde, e dos convênios firmados com órgãos e entidades que tenham como objetivos a assistência e previdência social;

II - receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o Orçamento de Seguridade Social.

Art. 34. O Município aplicará em ações e serviços públicos de saúde os recursos mínimos previstos pela Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35. As alterações na legislação tributária municipal poderão incluir:

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ GABINETE DO PREFEITO

- I - revisão das taxas pelo poder de polícia e prestação de serviços;
- II - adaptação e ajustamento da legislação tributária municipal;
- III - revisão, simplificação e modernização da legislação tributária municipal;
- IV - aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributários;
- V - aperfeiçoamento no sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos;
- VI - instituição e regulamentação de todos os tributos de competência do Município, em especial a contribuição de melhoria.

§ 1º. Os recursos decorrentes de eventuais alterações dentre as previstas neste artigo serão incorporados aos respectivos orçamentos mediante a abertura de créditos adicionais, no decorrer do exercício subsequente, se aprovadas às alterações após o encaminhamento da Proposta Orçamentária, observada a legislação aplicável, em especial o que dispõe o Título V, da Lei 4.320/64.

§ 2º. Na hipótese de necessidade de promover alteração na legislação tributária municipal, o Poder Executivo encaminhará o respectivo Projeto de Lei no prazo de até 90 (noventa) dias antes do encerramento do exercício financeiro.

§ 3º. A Câmara Municipal apreciará as matérias que lhe sejam encaminhadas até o encerramento do segundo período Legislativo, a fim de permitir a sua vigência no exercício subsequente, em obediência ao princípio da anterioridade.

Art. 36. O Poder Executivo considerará na estimativa da receita orçamentária as medidas que venham a ser adotadas para a expansão da arrecadação tributária municipal, e, na hipótese de alteração na legislação tributária, apenas as estimativas decorrentes das leis que hajam sido aprovadas até a remessa da Proposta de Orçamento Anual.

Parágrafo único. A mensagem que encaminhar o projeto de lei de alteração da legislação tributária discriminará e quantificará os recursos esperados em decorrência da alteração proposta.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 37. A atualização monetária do principal da dívida, para amortização de 2021, obedecerá à variação do Índice de Preço ao consumidor ampliado - IPCA, do IBGE.

Art. 38. As despesas com serviço da dívida do Município, exceto mobiliária, deverão considerar apenas as operações contratadas e as prioridades estabelecidas, bem assim as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA E ÀS DESPESAS DE PESSOAL

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ GABINETE DO PREFEITO

Art. 39. No exercício financeiro de 2021, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Legislativo, Executivo, Autarquias e Fundações Municipais observarão os limites estabelecidos na forma da Lei Complementar.

Art. 40. No exercício de 2021, observado o disposto no art. 169 da Constituição, poderão ser admitidos servidores se:

- I - existirem cargos vagos a preencher;
- II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- III - for observado o limite previsto no artigo anterior.

Art. 41. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestações do Serviço Municipal de Recursos Humanos e Orçamento.

Parágrafo único. O órgão próprio do Poder Legislativo do Município assumirá, no âmbito de sua competência, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 42. As despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2021, com base nas despesas executadas até o mês de julho de 2020, observados, além da legislação pertinente em vigor, os limites definidos no Anexo de Metas Fiscais integrantes desta Lei.

Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e alterações de estrutura de cargos pelos órgãos e entidades da administração direta, autarquias, fundações, empresas ou sociedades de economia mista, só poderão ser efetivadas se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções dos respectivos gastos até o final do exercício, obedecido o limite fixado no “caput” deste artigo e as demais disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VIII DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Seção I Da Proposta Orçamentária

Art. 43. A Proposta Orçamentária será encaminhada à Câmara de Vereadores no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, ou, na hipótese de omissão da Lei Orgânica, no prazo definido na Constituição Federal, e constará de:

- I - Mensagem
- II - Projeto de Lei Orçamentária Anual
- III - Informações Complementares

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO

§ 1º. A Mensagem conterà a exposição da situação econômico-financeira e socioeconômica do Município, da política econômico-financeira adotada e a justificação da receita e a despesa.

§ 2º. O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado com o conteúdo definido na Subseção II, da Seção II, deste Capítulo.

§ 3º. O Anexo de Informações Complementares incluirá, dentre outros, os documentos e as informações relacionadas nos artigos desta Lei.

§ 4º. Apreciado pela Câmara Municipal no prazo legalmente estabelecido será devolvido para sanção do Prefeito apenas o Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Seção II

Do Projeto de Lei Orçamentária Anual

Subseção I

Das Classificações e Definições

Art. 44. Os orçamentos municipais serão elaborados e executados com a utilização das seguintes classificações da despesa:

- I- Classificação Institucional
- II- Classificação Funcional
- III- Classificação por Programas
- IV- Classificação por Natureza da Despesa
- V- Classificação da Despesa por Fontes de Recursos

§ 1º. A classificação institucional compreende os Poderes, Secretarias, Órgãos, Entidades e Unidades Orçamentárias e Gestoras do Município.

§ 2º. A classificação funcional apropriará o gasto público por Funções e Subfunções e obedecerá à legislação federal.

§ 3º. A classificação por programas deverá ser atualizada em decorrência de alterações do Plano Plurianual, onde se encontra definida.

§ 4º. A classificação por natureza da despesa, estabelecida e atualizada em legislação federal, apropriará o gasto público por Grupos, Modalidades e Elementos da Despesa.

§ 5º. A classificação da despesa por fontes de recursos identificará as fontes dos recursos necessários e adequados para a execução das ações e programas definidos na lei orçamentária, e poderá ser atualizada por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária.

Art. 45. A receita municipal obedecerá às seguintes classificações:

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO

- I. Classificação da Receita por sua Natureza, estabelecida em legislação federal.
- II. Classificação Institucional da Receita.
- III. Classificação por Fonte ou Indicador de Uso.

Art. 46. Para efeito de elaboração e execução orçamentária são adotadas, na forma da legislação vigente, as seguintes definições e conceitos:

- I – Função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público;
- II – Subfunção, uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
- III - Programa, um instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- IV - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- V - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- VI - Unidade Orçamentária, na forma da Lei nº 4.320/64, “o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias”;
- VII – Unidade Gestora, a unidade administrativa responsável pela administração dos créditos orçamentários, entendida esta administração como a competência e atribuição para processar a despesa orçada, nos seus estágios de Empenhamento, Liquidação e Pagamento.

§1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua execução.

§2º. Cada atividade e cada projeto identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam, em conformidade com a Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nº 42, de 14.04.1999, e suas alterações.

§3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos e operações especiais.

Subseção II
Do Conteúdo e Forma da Lei Orçamentária

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO

Art. 47. A lei orçamentária anual obedecerá à orientação da Constituição Federal, da Lei nº 4.320/64, da Lei Complementar nº 101/2000 e desta Lei de Diretrizes Orçamentárias e guardará compatibilidade com o modelo adotado pela União.

Art. 48. A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

- I – O Orçamento Fiscal;
- II - O Orçamento da Seguridade Social.

§ 1º Os orçamentos evidenciarão obrigatoriamente os Programas de Trabalho dos órgãos e das entidades que integram a estrutura organizacional do Município.

§ 2º Os Programas de Trabalho, a que se refere o parágrafo anterior, demonstrarão, por estrutura funcional e programática da despesa, as aplicações agregadas em Ações (Projetos, Atividades e Operações Especiais), apropriando-se os respectivos custos a nível de Grupo de Despesa e Modalidade de Aplicação, na forma definida na legislação federal pertinente.

Art. 49. A lei orçamentária anual será constituída de:

- I – texto de lei;
- II – anexo relativo ao Orçamento Fiscal, discriminando sua receita e sua despesa, esta sob a forma de Programa de Trabalho dos órgãos e entidades envolvidos;
- III - anexo relativo ao Orçamento da Seguridade Social, discriminando sua receita e despesa, esta sob a forma de Programas de Trabalho dos órgãos e entidades envolvidos;

Art. 50. Integrarão a lei orçamentária, em anexo específico, dentre outros, os seguintes Demonstrativos:

I. DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS:

I.1 Demonstrativos da Lei 4.320/64:

- a) Programa de Trabalho Consolidado;
- b) Sumário geral da receita por fonte e da despesa por função;
- c) Demonstrativo da receita e despesa por categorias econômicas;
- d) Demonstrativo da Despesa por Funções e Vínculos;
- e) Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

I.2 Outros Demonstrativos Consolidados:

- a) Despesa por Órgãos;
- b) Despesa por Grupos de Despesa;
- c) Despesa por Funções;
- d) Despesa por Subfunções;
- e) Despesa por Modalidade de Aplicação;
- f) Despesa por Fontes de Recursos;

II. Outros Demonstrativos:

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ GABINETE DO PREFEITO

- a) Obrigações Legais e Constitucionais;
- Câmara Municipal;
 - Gastos com Pessoal e Encargos Sociais;
 - Educação;
 - Saúde;
- b) Anexos da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Parágrafo único. Acompanharão o Projeto de Lei Orçamentária demonstrativo por categoria de programação dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal

Art. 51. A lei orçamentária anual compreenderá todas as receitas e despesas, quaisquer que sejam as suas origens e destinação.

§ 1º. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação de receita e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

§ 2º. Todas as receitas e despesas constarão da lei de orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

§ 3º. Os recursos provenientes de convênios, consórcios e contratos de qualquer natureza serão obrigatoriamente incluídos na lei orçamentária.

§ 4º. Os Fundos Municipais, legalmente instituídos, integrarão os Orçamentos de seus órgãos ou entidades gestoras, em Unidades Orçamentárias específicas.

Art. 52. Na estimativa das receitas e na fixação das despesas do Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e da respectiva Lei, poderão ser considerados os efeitos de propostas de emenda constitucional, de projeto de lei ou de medida provisória que esteja em tramitação na respectiva casa legislativa.

§ 1º. Se estimada a receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2021:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a variação esperada na receita, em decorrência de cada uma das propostas e de seus dispositivos; e

II - serão identificadas as despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º. A troca das fontes de recursos condicionadas, constantes da Lei Orçamentária de 2021, pelas respectivas fontes definitivas, cujas alterações na legislação tenham sido aprovadas, será efetuada no prazo de até trinta dias após a publicação das referidas alterações legislativas.

Art. 53. Além da observância das prioridades e metas fixadas na lei de diretrizes orçamentárias, a lei orçamentária anual e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I- houver compatibilidade com o Plano Plurianual;

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO

- II- tiverem sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;
- III- tiverem sido adequadamente contemplados os projetos em andamento;
- IV- houver viabilidade técnica, econômica e ambiental;
- V- os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do disposto no caput deste artigo, serão entendidos como:

- I - projetos em andamento aqueles que já tenham sido regularmente licitados, contratados e empenhados, neste ou em exercícios anteriores e que não tenham sido concluídos;
- II – despesas de conservação do patrimônio público aquelas relativas à conservação dos equipamentos públicos, utilizados na prestação de serviços à comunidade, como aqueles necessários ao desenvolvimento de ações relacionadas à saúde, educação, segurança, saneamento, ação social e urbanismo.

Art. 54. O Orçamento Fiscal conterá dotação global, sob a denominação de Reserva de Contingência, não destinada especificamente à determinação órgão, unidades orçamentárias, programa ou natureza de despesa, que será utilizada como fonte compensatória para a abertura de crédito adicionais, na forma do art. 5º, III, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 55. O produto estimado de operações de crédito e de alienação de bens imóveis somente se incluirá na receita quando umas e outras forem especificamente autorizadas pelo Poder Legislativo de forma que possibilite ao Poder Executivo realizá-las no exercício.

Art. 56. O Orçamento Fiscal do Município abrangerá todas as receitas e despesas dos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

§ 1º. As autarquias constarão com a totalidade de suas receitas e despesas no orçamento fiscal, mesmo que não tenham qualquer parcela de sua despesa financiada com recursos de natureza fiscal.

Art. 57. O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos Poderes e órgãos, fundos e entidades da administração direta e indireta, vinculadas à saúde, previdência e assistência social.

Art. 58. Para efeito de informação ao Poder Legislativo deverá ainda constar da proposta orçamentária a relação das leis autorizativas das operações de crédito, incluídas no Projeto de Lei Orçamentária, bem como a identificação da respectiva alocação ao nível de categoria de programação;

Art. 59. Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de lei orçamentária anual, as emendas somente podem ser aprovadas caso:

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ GABINETE DO PREFEITO

- I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:
 - a) dotações para pessoal e seus encargos;
 - b) serviço da dívida.
- III- respeitem e preservem as Despesas Obrigatórias e as Outras Despesas Fixas, conforme definido nesta Lei;
- IV – sejam relacionadas:
 - a) com correção de erros ou omissões; ou
 - b) com os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 1º As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

- I - no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da lei orçamentária;
- II - no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º A correção de erros ou omissões será justificada circunstanciadamente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de lei orçamentária.

Art. 60. O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica específica a votação da parte cuja alteração seja proposta.

Art. 61. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição parcial do projeto de lei orçamentária, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia autorização legislativa.

§ 1º. Por motivo de interesse público é vedada a rejeição integral do projeto de lei orçamentária.

§ 2º. No caso de rejeição parcial do projeto de lei orçamentária, a lei aprovada deverá prever os recursos mínimos necessários para o funcionamento dos serviços públicos essenciais.

Seção III Do Detalhamento da Despesa

Art. 62. Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º. Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs deverão discriminar, por elementos e fontes, os grupos de despesa aprovados para cada categoria de programação.

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º. Os QDDs serão aprovados, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 3º. Os QDDs podem ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos grupos de despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos.

§4º. Inclui-se entre as alterações do QDD de que trata o parágrafo anterior a alocação de crédito a elemento ou fonte de recurso não contemplados no QDD originalmente aprovado, respeitados os valores dos Grupos de Despesa aprovados na Lei Orçamentária Anual e as conceituações estabelecidas na legislação pertinente

§5º. O Prefeito do Município poderá delegar, expressamente, competência ao Secretário de Administração, Planejamento e Finanças para promover, mediante Portaria, alterações dos QDDs no âmbito do Poder Executivo.

Seção IV

Das Retificações ou Adequações Orçamentárias

Art. 63. São retificações orçamentárias as modificações introduzidas ao longo do exercício financeiro em decorrência do Princípio da Flexibilidade da Execução Orçamentária, objetivando ajustar e adequar os custos das Categorias Programáticas (Projetos, Atividades e Operações Especiais), respeitadas as Prioridades e Metas estabelecidas na conformidade do Capítulo III desta Lei.

Art. 64. Constituem instrumentos de retificações orçamentárias:

- I. As Alterações de Quadros de Detalhamento de Despesa - QDDs;
- II. Os Créditos Adicionais;
- III. Os Remanejamentos, Transferências ou Transposições de Dotações.

Art. 65. Os Quadros de Detalhamento de Despesa - QDDs obedecerão ao disposto na Seção III deste Capítulo.

Art. 66. Respeitado o disposto na Constituição Federal e na Lei nº 4.320, de 12 de março de 1964, os Créditos Adicionais obedecerão adicionalmente ao seguinte:

- a) quando aberto com recursos de excesso de arrecadação oriundos de transferências ou recursos adicionais não incluídos na Estimativa da Receita, além de só poderem ser utilizados para a finalidade específica que fundamentar a sua abertura, não poderão ser anulados para a abertura de outros créditos adicionais;
- b) os saldos dos créditos decorrentes de eventual frustração da receita estimada conforme previsto na alínea “a” deste artigo, bem como de eventuais recursos de excesso de arrecadação estimados com fundamento na Lei nº 4.320/64, deverão ser cancelados, ao final do exercício financeiro por Decreto do Poder Executivo;

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ GABINETE DO PREFEITO

Art. 67. Os Créditos Especiais serão abertos exclusivamente mediante autorização legal específica.

Art. 68. Ressalvada conceituação legal superveniente, os Remanejamentos, Transferências ou Transposições de Dotações somente poderão ser utilizados mediante autorização legal específica.

Art. 69. A apropriação da despesa por sua Modalidade poderá ser alterada, durante a execução orçamentária para adequá-la à conceituação estabelecida na legislação federal pertinente.

Art. 70. A necessidade de Retificação Orçamentária deve ser examinada e atendida, sempre que possível, na seguinte ordem:

- a) Alteração de QDD;
- b) Suplementação dentro da mesma Ação: de um Grupo de Despesa para Outro;
- c) Suplementação dentro do mesmo Programa de Trabalho: de uma Ação para Outra, com o cuidado de não inviabilizar a Ação a ser parcialmente reduzida;
- d) Suplementação de um Programa de Trabalho para Outro, com o cuidado de não inviabilizar a Ação a ser parcialmente reduzida.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 71. Alterações necessárias para a adequação do disposto nesta Lei poderão ser introduzidas, mediante proposta de iniciativa do Poder Executivo, até a data de remessa do Projeto de Lei Orçamentária para exame pela Câmara Municipal.

Art. 72. A meta de superávit a que se refere o Capítulo II desta Lei pode ser reduzida em face da realização dos investimentos prioritários de que trata o Capítulo III desta Lei.

Art. 73. No caso de haver necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, o procedimento será adotado de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder, preservando-se, necessariamente, as Despesas Fixas Obrigatórias e as Outras Despesas Fixas, definidas como prioritárias nesta Lei sendo adotadas as medidas estabelecidas no art. 9º e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 74. Para efeito do que dispõe o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse os limites para obras e serviços estabelecidos no art. 23 da lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

Art. 75. Na hipótese de o Projeto de Lei Orçamentária não ser aprovado e promulgado até 31 de dezembro deste exercício, ficam os Poderes Executivo e Legislativo, até a promulgação da respectiva Lei, autorizados a, exclusivamente:

- a) executar as despesas de custeio administrativo até o limite de 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária;
- b) utilizar-se dos recursos necessários para saldar parcelas das dívidas vencidas;

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO

- c) efetuar despesas com pessoal, conforme os valores previstos na proposta orçamentária;
- d) realizar despesas relativas a parcelas ou contrapartidas de convênios, conforme estabelecido em contrato para o exercício;
- e) realizar despesas de investimentos resultantes de contratos firmados nos exercícios anteriores.

Art. 76. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Uauá, em 22 de junho de 2020.

LINDOMAR DE ABREU DANTAS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2021

ARE (LRF, art. 4º, § 3º) R\$mil

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	834,11		834,11
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos		Abertura de créditos adicionais: a partir da Reserva de Contingência	
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	834,11	SUBTOTAL	834,11

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	0,00		0,00
Restituição de Tributos a Maior		Limitação de empenho	
Discrepância de Projeções		Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesa discricionárias e da Reserva de Contingência	
Outros Riscos Fiscais		Limitação de empenho; abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesa discricionárias e da Reserva de Contingência	
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	834,11	SUBTOTAL	834,11

FONTE:
 PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ

 Lindomar de Abreu Dantas
 Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2021

ESPECIFICAÇÃO	Metas		% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2019 (b)	% PIB	% RCL	% RCL	Variação		R\$ MIL
	Previstas em 2019 (a)	Realizadas em 2019 (b)							Valor	%	
	(a)	(b)							(c) = (b-a)	(c/a)*100	
Receita Total	61.200	61.475	0,020%	114,478%	61.475	0,020%	102,217%	275	0,449%		
Receitas Primárias (I)	61.010	61.420	0,020%	114,123%	61.420	0,020%	102,125%	410	0,672%		
Despesas Total	61.200	61.064	0,020%	114,478%	61.064	0,020%	101,534%	(136)	-0,222%		
Despesas Primárias (II)	59.994	60.330	0,020%	112,222%	60.330	0,020%	100,313%	336	0,560%		
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.016	1.090	0,000%	1,901%	1.090	0,000%	1,812%	74	7,245%		
Resultado Nominal	105	(6.159)	0,000%	0,196%	(6.159)	-0,002%	-10,240%	(6.264)	-5965,333%		
Dívida Pública Consolidada	23.008	28.419	0,008%	43,038%	28.419	0,009%	47,253%	5.411	23,517%		
Dívida Consolidada Líquida	22.771	26.749	0,007%	42,594%	26.749	0,009%	44,477%	3.978	17,470%		

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso I)

FONTE: Anexo II Receita - Resumo Geral, Anexo 6 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do exercício de 2019 LOA 2019

Lindomar de Abreu Dantas
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2021

R\$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	
Recíeita Total	61.373	68.061	10,900%	66.000	-3,03%	68.450	3,71%	66.735	-2,51%	68.403	2,50%
Recíeitas Primárias (I)	61.006	67.794	11,13%	65.917	-2,77%	68.327	3,66%	66.609	-2,51%	68.274	2,50%
Despesas Total	61.373	68.061	10,900%	66.000	-3,03%	68.450	3,71%	66.735	-2,51%	68.403	2,50%
Despesas Primárias (II)	60.811	66.719	9,72%	65.167	-2,93%	67.285	3,25%	65.542	-2,59%	67.180	2,50%
Resultado Nominal	195	1.074	450,41%	750	-30,22%	1.042	38,96%	1.067	2,43%	1.094	2,50%
Divídva Pública Consolidada	(194)	117	-160,38%	1.481	1168,24%	1.119	-24,44%	1.147	2,43%	1.175	2,50%
Divídva Pública Consolidada Líquida	21.823	25.597	17,25%	22.017	-13,95%	29.974	36,14%	29.516	-1,53%	29.036	-1,62%
	16.305	25.324	55,32%	21.692	-14,34%	28.093	29,51%	27.588	-1,80%	27.061	-1,91%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTE										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	
Recíeita Total	55.187	61.200	10,900%	66.000	7,84%	66.091	0,14%	64.478	-2,44%	66.090	2,50%
Recíeitas Primárias (I)	54.857	60.960	11,13%	65.917	8,13%	65.972	0,08%	64.356	-2,45%	65.965	2,50%
Despesas Total	55.187	61.200	10,900%	66.000	7,84%	66.091	0,14%	64.478	-2,44%	66.090	2,50%
Despesas Primárias (II)	54.682	59.994	9,72%	65.167	8,62%	64.966	-0,31%	63.325	-2,53%	64.908	2,50%
Resultado Nominal	176	966	450,48%	750	-22,40%	1.006	34,17%	1.031	2,50%	1.057	2,50%
Divídva Pública Consolidada	(174)	105	-160,34%	1.332	1168,57%	1.081	-18,88%	1.108	2,50%	1.135	2,50%
Divídva Pública Consolidada Líquida	19.623	23.008	17,25%	19.798	-13,95%	28.941	46,18%	28.517	-1,46%	28.054	-1,62%
	14.661	22.771	55,32%	19.505	-14,34%	27.124	39,05%	26.655	-1,73%	26.146	-1,91%

Fonte: Anexo III Recíeita - Resumo Geral, Anexo 6 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos exercícios de 2018 e 2019, LOA 2018, 2019 e 2020.

Nota: Os valores do Resultado Nominal dos anos de 2018 e 2019 foram fixados conforme a metodologia "abaixo da linha", que representa a diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida de um ano em relação ao apurado no ano anterior. Já a meta de Resultado Nominal para os anos de 2020 e 2023 foram calculados pela metodologia "acima de linha", onde os valores são obtidos a partir do resultado primário somado à conta de juros (juros ativos menos juros passivos), conforme Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional.

Os valores para o período de 2021 a 2023 demonstrados no quadro acima tiveram seus cálculos desenvolvidos conforme a metodologia descrita no anexo de Metodologia e Memória de cálculo LDO.

Lindomar de Abreu Dantas
 Prefeito Municipal

Metodologia de Cálculo dos Valores Correntes

ÍNDICES DE IPCA	2019	2020	2021	2022	2023
		3,75	4,31	2,94	3,57

*Histórico de variação (%anual) do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA - divulgado pelo IBGE.

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2021

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III)

	2019		2018		2017	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Capital	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	(3.107)	100,00%	(20.929)	100,00%	(21.088)	100,00%
TOTAL	(3.107)	100,00%	(20.929)	100,0000%	(21.088)	100,0000%

	2019		2018		2017	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	-	0,0000%	-	0,0000%	-	0,0000%

FONTE:
Anexo XIV - Balanço Patrimonial 2017, 2018 e 2019.

Lindomar de Abreu Dantas
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2021

	2019 (a)	2018 (b)	2017 (c)
R\$ 1,00			
RECEITAS REALIZADAS			
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDENCIÁRIOS	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
VALOR (III)			
	2019 (g) = ((a - IIc) + IIIf)	2018 (h) = ((b - IIe) + IIIf)	2017 (I) = (Ic - IIIf)

FONTE:
Anexo 2 - Resumo Segundo Categoria Econômica, no Balanço 2017, 2018 e 2019.

Lindomar de Abreu Dantas
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2021

R\$ MIL

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (B)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
			-	
			-	
PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (B)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
			-	
			-	

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

Fonte:

RREO Anexo 10 Demonstrativo de Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores do último bimestre de 2019 / RGF Anexo 5 Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa.

NOTA EXPLICATIVA:

O Município não possui Previdência Própria.

Lindomar de Abreu Dantas
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS 2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ MIL

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS -(IV) = (I + III - II)	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
Benefícios - Civil	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Benefícios - Militar	-	-	-
Reformas	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	-	-	-
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2017	2018	2019
VALOR	-	-	-

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS 2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ MIL

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	2017	2018	2019
VALOR	-	-	-

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2017	2018	2019
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-	-	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-

BENS E DIREITOS DO RPPS	2017	2018	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
Investimentos e Aplicações	-	-	-
Outro Bens e Direitos	-	-	-

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIARIAS - RPPS	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (VII)	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIARIAS RPPS- IX = (VII + VIII)	-	-	-

DESPESAS PREVIDENCIARIAS - RPPS	2017	2018	2019
Benefícios - Civil	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Benefícios - Militar	-	-	-
Reformas	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIARIAS RPPS (X)	-	-	-

Praça Praça Belarmino José Rodrigues | S/N | Centro | Uauá-Ba

www.pmuaua.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F012D581901B8150E3440A62AE0AB5E5

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RS MIL

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)²	-	-	-
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2017	2018	2019
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-	-	-
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES			
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)			
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2017	2018	2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)			
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)			
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)			
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)			

FONTE: Anexo 4 do RREO (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS) do último bimestre dos exercícios 2017, 2018 e 2019.

NOTA EXPLICATIVA:

O Município não possui Previdência Própria.

 Lindomar de Abreu Dantas
 Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2021

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ MIL

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2021
Aumento Permanente da Receita	332
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	(471)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	802
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I + II)	802
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	802

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ

Lindomar de Abreu Dantas
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL PREVISÃO DA RECEITA EXERCÍCIO 2021

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	67.481.700,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.719.100,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Impostos	3.351.200,00
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.960.800,00
1.1.1.3.03.0.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	1.960.800,00
1.1.1.3.03.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	400.000,00
1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	400.000,00
1.1.1.3.03.4.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	1.560.800,00
1.1.1.3.03.4.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	1.560.800,00
1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	Impostos Específicos de Estados/DF/Municípios	1.390.400,00
1.1.1.8.01.0.0.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	170.400,00
1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	93.600,00
1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	33.300,00
1.1.1.8.01.1.2.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	11.600,00
1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	39.700,00
1.1.1.8.01.1.4.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	9.000,00
1.1.1.8.01.4.0.00.00.00	Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	76.800,00
1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	76.800,00
1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	1.220.000,00
1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.220.000,00
1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	1.196.900,00
1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	1.119.500,00
1.1.1.8.02.3.1.02.00.00	Simples Nacional - Principal	77.400,00
1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	1.000,00
1.1.1.8.02.3.2.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	1.000,00
1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	21.100,00
1.1.1.8.02.3.3.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	21.100,00
1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.000,00

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL PREVISÃO DA RECEITA EXERCÍCIO 2021

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1.1.1.8.02.3.4.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.000,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	367.900,00
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	133.300,00
1.1.2.1.02.0.0.00.00.00	Taxas de Fiscalização das Telecomunicações	130.300,00
1.1.2.1.02.2.0.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais	130.300,00
1.1.2.1.02.2.1.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	98.600,00
1.1.2.1.02.2.2.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Multas e Juros	4.300,00
1.1.2.1.02.2.3.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	27.400,00
1.1.2.1.04.0.0.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	3.000,00
1.1.2.1.04.1.0.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	3.000,00
1.1.2.1.04.1.1.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	1.000,00
1.1.2.1.04.1.2.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Multas e Juros	1.000,00
1.1.2.1.04.1.3.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa	1.000,00
1.1.2.8.00.0.0.00.00.00	Taxas - Específicas de Estados, DF e Municípios	234.600,00
1.1.2.8.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	231.700,00
1.1.2.8.01.1.0.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	19.200,00
1.1.2.8.01.1.1.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	19.200,00
1.1.2.8.01.9.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Outras	212.500,00
1.1.2.8.01.9.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Outras - Principal	157.400,00
1.1.2.8.01.9.2.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Outras - Multas e Juros	14.600,00
1.1.2.8.01.9.3.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Outras - Dívida Ativa	40.500,00
1.1.2.8.02.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	2.900,00
1.1.2.8.02.9.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Outras	2.900,00
1.1.2.8.02.9.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Outras - Principal	2.900,00
1.1.3.8.02.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade	
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	123.300,00
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	123.300,00
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	123.300,00

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL PREVISÃO DA RECEITA EXERCÍCIO 2021

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	123.300,00
1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	123.300,00
1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Principal	97.900,00
1.3.2.1.00.1.1.01.01.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Royalties - Principal	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.02.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	15.500,00
1.3.2.1.00.1.1.01.02.01	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB 60% - Principal	9.300,00
1.3.2.1.00.1.1.01.02.02	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB 40% - Principal	6.200,00
1.3.2.1.00.1.1.01.03.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo de Saúde - Principal	14.400,00
1.3.2.1.00.1.1.01.03.01	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferências do SUS - Principal	14.400,00
1.3.2.1.00.1.1.01.04.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - Principal 25%	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.05.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS - Principal	1.200,00
1.3.2.1.00.1.1.01.06.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Principal	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.07.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	4.300,00
1.3.2.1.00.1.1.01.08.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal	19.700,00
1.3.2.1.00.1.1.01.08.01	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - PNAE - Principal	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.08.02	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - PNATE - Principal	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.08.03	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Salário Educação - QSE - Principal	2.300,00
1.3.2.1.00.1.1.01.08.99	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Outras transferências FNDE - Principal	15.400,00
1.3.2.1.00.1.1.01.12.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS - Principal	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.13.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FIES - Principal	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.15.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FCBA - Principal	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.17.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferências de Convênios da União - Outros	13.500,00
1.3.2.1.00.1.1.01.17.01	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferências de Convênios da União - Outros	13.500,00
1.3.2.1.00.1.1.01.18.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferências de Convênios do Estado - Outros	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.18.01	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferências de Convênios do Estado - Outros	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.20.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferências de Convênios do Estado - Educação	10.500,00
1.3.2.1.00.1.1.01.20.01	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferências de Convênios do Estado - Educação	10.500,00
1.3.2.1.00.1.1.01.21.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferências de Convênios da União - Saúde	11.800,00

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL PREVISÃO DA RECEITA EXERCÍCIO 2021

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1.3.2.1.00.1.1.01.21.01	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferências de Convênios da União - Saúde	11.800,00
1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados - Principal	25.400,00
1.3.2.1.00.1.1.02.03.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados - Assistência Social - Principal	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.02.04.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados - Recursos Próprios - Principal	23.400,00
1.3.2.1.00.1.1.02.05.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados - Educação- Principal	1.000,00
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	1.000,00
1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.000,00
1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.000,00
1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.000,00
1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.000,00
1.6.1.0.01.1.1.01.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	63.609.500,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	40.848.500,00
1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	40.848.500,00
1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	26.172.700,00
1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	24.048.700,00
1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	24.048.700,00
1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	1.060.800,00
1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	1.060.800,00
1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	1.022.400,00
1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	1.022.400,00
1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	40.800,00
1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	40.800,00
1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	402.600,00
1.7.1.8.02.2.0.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	1.300,00
1.7.1.8.02.2.1.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	1.300,00
1.7.1.8.02.3.0.00.00.00	Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	25.000,00
1.7.1.8.02.3.1.00.00.00	Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89 - Principal	25.000,00

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL PREVISÃO DA RECEITA EXERCÍCIO 2021

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1.7.1.8.02.4.0.00.00.00	Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	5.700,00
1.7.1.8.02.4.1.00.00.00	Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principal	5.700,00
1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo FEP	370.600,00
1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo FEP - Principal	370.600,00
1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS Repasses Fundo a Fundo	6.068.000,00
1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica	3.925.300,00
1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica - Principal	3.925.300,00
1.7.1.8.03.1.1.01.00	Agente Comunitário de Saúde - ACS - Principal	1.211.500,00
1.7.1.8.03.1.1.02.00	Incentivo Para Ações Estratégicas	291.000,00
1.7.1.8.03.1.1.03.00	Incentivo Financeira da APS - Capitação Ponderada	2.187.800,00
1.7.1.8.03.1.1.04.00	Incentivo Financeiro da APS - Desempenho	82.000,00
1.7.1.8.03.1.1.05.00	Incentivo Financeira da APS - Per Capita de Transição	153.000,00
1.7.1.8.03.2.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.675.400,00
1.7.1.8.03.2.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Principal	1.675.400,00
1.7.1.8.03.2.1.01.00	Atenção à Saúde da População para Procedimentos no MAC - Principal	1.508.400,00
1.7.1.8.03.2.1.03.00	SAMU - 192 - Principal	167.000,00
1.7.1.8.03.3.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde	441.300,00
1.7.1.8.03.3.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde - Principal	441.300,00
1.7.1.8.03.3.1.01.00	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Principal	441.300,00
1.7.1.8.03.4.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	26.000,00
1.7.1.8.03.4.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica - Principal	26.000,00
1.7.1.8.03.4.1.01.00	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - Principal	20.000,00
1.7.1.8.03.4.1.03.00	Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica do SUS - Principal	6.000,00
1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação FNDE	1.788.500,00
1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	763.000,00
1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	763.000,00
1.7.1.8.05.2.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE	18.300,00
1.7.1.8.05.2.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE - Principal	18.300,00

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL PREVISÃO DA RECEITA EXERCÍCIO 2021

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	652.900,00
1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE - Principal	652.900,00
1.7.1.8.05.3.1.01.00.00	Transferência Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pré Escola - Principal	78.700,00
1.7.1.8.05.3.1.02.00.00	Transferência Programa Nacional de Alimentação Escolar - Creche - Principal	84.800,00
1.7.1.8.05.3.1.03.00.00	Transferência Programa Nacional de Alimentação Escolar - Ensino Fundamental - Principal	413.300,00
1.7.1.8.05.3.1.05.00.00	Transferência Programa Nacional de Alimentação Escolar - EJA - Principal	17.800,00
1.7.1.8.05.3.1.06.00.00	Transferência Programa Nacional de Alimentação Escolar - AEE - Principal	4.700,00
1.7.1.8.05.3.1.09.00.00	Transferência Programa Nacional de Alimentação Escolar - Mais Educação - Principal	53.600,00
1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar PNATE	354.300,00
1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar PNATE - Principal	354.300,00
1.7.1.8.05.4.1.01.00.00	Transferência Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE - Principal	354.300,00
1.7.1.8.09.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB	4.597.300,00
1.7.1.8.09.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB	4.597.300,00
1.7.1.8.09.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - Principal	4.597.300,00
1.7.1.8.09.1.1.01.00.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - Principal	4.597.300,00
1.7.1.8.09.1.1.01.01	Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB 60% - Principal	2.758.400,00
1.7.1.8.09.1.1.01.02	Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB 40% - Principal	1.838.900,00
1.7.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	646.300,00
1.7.1.8.10.1.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde SUS	646.300,00
1.7.1.8.10.1.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde SUS - Principal	646.300,00
1.7.1.8.10.1.1.01.00.00	Transferências de Convênios da União para o SUS - Reforma De Unidade De Atenção Especializada Em Saúde - Principal	646.300,00
1.7.1.8.12.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS	1.171.000,00
1.7.1.8.12.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS	1.171.000,00
1.7.1.8.12.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS - Principal	1.171.000,00
1.7.1.8.12.1.1.01.00.00	Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único - Principal	204.700,00
1.7.1.8.12.1.1.01.01.00	Índice de Gestão Descentralizada - Programa Bolsa Família - Principal	204.700,00
1.7.1.8.12.1.1.02.00.00	Bloco da Gestão do SUAS - Principal	61.900,00
1.7.1.8.12.1.1.02.01.00	IGDSUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - Principal	61.900,00

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL PREVISÃO DA RECEITA EXERCÍCIO 2021

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1.7.1.8.12.1.1.03.00.00	Bloco da Proteção Social Básica - Principal	685.300,00
1.7.1.8.12.1.1.03.01.00	Piso Básico Fixo - PBF - Principal	221.600,00
1.7.1.8.12.1.1.03.02.00	PBVA-SCFV - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Principal	343.000,00
1.7.1.8.12.1.1.03.03.00	Piso Básico Variável (PBV) III - Equipe Volante - Principal	120.700,00
1.7.1.8.12.1.1.04.00.00	Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade	92.600,00
1.7.1.8.12.1.1.04.01.00	Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI - Principal	80.500,00
1.7.1.8.12.1.1.04.04.00	Piso de Transição de Média Complexidade - Principal	12.100,00
1.7.1.8.12.1.1.06.00.00	Programas Assistenciais - Principal	126.500,00
1.7.1.8.12.1.1.06.02.00	BPC na Escola - Principal	1.000,00
1.7.1.8.12.1.1.06.04.00	Programa Primeira Infância no SUAS - Principal	125.500,00
1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	2.100,00
1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	2.100,00
1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	2.100,00
1.7.1.8.99.1.1.02.00	Outras Transferências da União - Principal - Outras Transferências da União	2.100,00
1.7.1.8.99.1.1.02.03	REN - Fundo de Rendimentos - Principal	2.100,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.787.700,00
1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	7.787.700,00
1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	6.939.000,00
1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	6.291.600,00
1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	6.291.600,00
1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	569.000,00
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	569.000,00
1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	49.300,00
1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	49.300,00
1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	29.100,00
1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	29.100,00
1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde Repasse Fundo a Fundo	265.700,00
1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde Repasse Fundo a Fundo	265.700,00

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL PREVISÃO DA RECEITA EXERCÍCIO 2021

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde Repasse Fundo a Fundo - Principal	265.700,00
1.7.2.8.03.1.1.01.00.00	Programa de Saúde da Família - PSF - Principal	202.500,00
1.7.2.8.03.1.1.02.00.00	SAMU - Principal	63.200,00
1.7.2.8.07.0.0.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	140.300,00
1.7.2.8.07.1.0.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	140.300,00
1.7.2.8.07.1.1.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal	140.300,00
1.7.2.8.07.1.1.01.00	Bloco da Proteção Social Básica	72.700,00
1.7.2.8.07.1.1.01.01	Piso Básico Fixo - PBF - Principal	42.500,00
1.7.2.8.07.1.1.01.02	Piso Básico Variável - PBV - Principal	30.200,00
1.7.2.8.07.1.1.02.00	Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade	60.000,00
1.7.2.8.07.1.1.02.01	Piso de Transição de Média Complexidade - PTMC - Principal	11.400,00
1.7.2.8.07.1.1.02.03	Piso Fixo de Média Complexidade (PAEFI) - Principal	48.600,00
1.7.2.8.07.1.1.04.00	Bloco de Benefícios Eventuais	7.600,00
1.7.2.8.07.1.1.04.01	Benefícios Eventuais - BE - Principal	7.600,00
1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	200.000,00
1.7.2.8.10.9.0.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	200.000,00
1.7.2.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	200.000,00
1.7.2.8.10.9.1.01.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados - Abastecimento emergencial de água potável à população - Principal	100.000,00
1.7.2.8.10.9.1.02.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados - Festejos Juninos - Principal	100.000,00
1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	242.700,00
1.7.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	242.700,00
1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	242.700,00
1.7.2.8.99.1.1.01.00.00	Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE - Principal	232.200,00
1.7.2.8.99.1.1.02.00.00	Fundo de Cultura da Bahia - FCBA - Principal	10.500,00
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	14.973.300,00
1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas de Estados, DF e Municípios	14.973.300,00
1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB	14.973.300,00
1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB	14.973.300,00

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL PREVISÃO DA RECEITA EXERCÍCIO 2021

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB - Principal	14.973.300,00
1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB 60% - Principal	8.984.000,00
1.7.5.8.01.1.1.02.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB 40% - Principal	5.989.300,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	28.800,00
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	28.800,00
1.9.1.0.07.0.0.00.00.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	28.800,00
1.9.1.0.07.1.0.00.00.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	28.800,00
1.9.1.0.07.1.1.00.00.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	17.200,00
1.9.1.0.07.1.1.01.00.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal - TCM/BA	17.200,00
1.9.1.0.07.1.3.00.00.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Dívida Ativa	10.500,00
1.9.1.0.07.1.3.01.00.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Dívida Ativa - TCM/BA	10.500,00
1.9.1.0.07.1.4.00.00.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas Ativa - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.100,00
1.9.1.0.07.1.4.01.00.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Dívida Ativa - Multas e Juros - TCM/BA	1.100,00
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	7.158.300,00
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	60.000,00
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	60.000,00
2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	60.000,00
2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	60.000,00
2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	60.000,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	7.098.300,00
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	7.098.300,00
2.4.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	7.098.300,00
2.4.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	3.859.300,00
2.4.1.8.05.1.0.00.00.00	Prog. de Apoio ao Transp. Escolar para Educação Básica - Caminho da Escola	1.375.000,00
2.4.1.8.05.1.1.00.00.00	Prog. de Apoio ao Transp. Escolar para Educação Básica - Caminho da Escola - Principal	1.375.000,00
2.4.1.8.05.1.1.01.00.00	PAR - Caminho da Escola - Principal	1.375.000,00
2.4.1.8.05.2.0.00.00.00	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância	492.100,00

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL PREVISÃO DA RECEITA EXERCÍCIO 2021

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2.4.1.8.05.2.1.00.00	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância - Principal	492.100,00
2.4.1.8.05.2.1.04.00	PAR - Infraestrutura Escolar - Mobil. Proinfância - Principal	66.400,00
2.4.1.8.05.2.1.05.00	PAR - Infraestrutura Escolar - Brinq Proinfância - Principal	425.700,00
2.4.1.8.05.9.0.00.00	Outras transferências destinadas a Programas de Educação	1.992.200,00
2.4.1.8.05.9.1.00.00	Outras transferências destinadas a Programas de Educação - Principal	1.992.200,00
2.4.1.8.05.9.1.03.00	PAR - Infraestrutura Escolar - PAR Mobiliário - Principal	50.200,00
2.4.1.8.05.9.1.04.00	PAR - Infraestrutura Escolar - E.B - Urbana Construção - Principal	1.942.000,00
2.4.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	3.239.000,00
2.4.1.8.10.1.0.00.00.00	Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde SUS	1.500.000,00
2.4.1.8.10.1.1.00.00.00	Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde SUS - Principal	1.500.000,00
2.4.1.8.10.1.1.01.00.00	Transferências de Convênios da União para o SUS - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares - Principal	500.000,00
2.4.1.8.10.1.1.02.00.00	Transferências de Convênios da União para o SUS - Implantação de Sistema de Abastecimento em Áreas Rurais e Comunidades Tradicionais - Principal	1.000.000,00
2.4.1.8.10.7.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte	1.500.000,00
2.4.1.8.10.7.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal	1.500.000,00
2.4.1.8.10.7.1.01.00.00	Transferências de Convênios da União Destin. a Prog. de Infraestrutura em Transporte - Pavimentação em paralelepípedo - Principal	1.500.000,00
2.4.1.8.10.9.0.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	239.000,00
2.4.1.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	239.000,00
2.4.1.8.10.9.1.01.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - Modernização de Quadra Poliesportiva - Principal	239.000,00
9.0.0.0.0.0.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.190.000,00
9.1.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Dedução das Receitas Correntes	6.190.000,00
9.1.7.0.0.0.0.0.00.00.00	Dedução das Transferências Correntes	6.190.000,00
9.1.7.1.0.0.0.0.00.00.00	Dedução das Transferências da União e de suas Entidades	4.817.900,00
9.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	4.817.900,00
9.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - Participação na Receita da União	4.817.900,00
9.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - FPM - Cota Mensal	4.809.700,00
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - FPM - Cota Mensal - Principal	4.809.700,00
9.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ITR	8.200,00
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ITR - Principal	8.200,00

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL PREVISÃO DA RECEITA EXERCÍCIO 2021

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
9.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Dedução das Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.372.100,00
9.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	1.372.100,00
9.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - Participação na Receita dos Estados	1.372.100,00
9.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ICMS	1.258.300,00
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ICMS - Principal	1.258.300,00
9.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - IPVA	113.800,00
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - IPVA - Principal	113.800,00
TOTAL DA RECEITA		68.450.000,00

Lindomar de Abreu Dantas
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Uauá



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
Relatório de Metas e Prioridades

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

Programa			
0002 - GERENCIAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO			
Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
2.102 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.189 - MANUT. DAS AÇÕES ADMIN. DO CONSÓRC. SUSTENT. TERRIT. DO SÃO FRANCISCO - CONSTESF	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa			
0003 - GERENCIAMENTO DO GABINETE DO VICE PREFEITO			
Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
2.106 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa			
0005 - MANUTENÇÃO PROCURADORIA JURIDICA			
Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
2.004 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa			
0006 - GERENCIAMENTO DA CONTROLADORIA GERAL INTERNA			
Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
2.111 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL INTERNA	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa			
0007 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
2.996 - MANUTENCAO DA OUVIDORIA GERAL DO MUN - OGM	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Prefeitura Municipal de Uauá



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
Relatório de Metas e Prioridades

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

Programa			
0008 - GERENCIAMENTO SEC DE ADM, PLANEJAMENTO, E FINANÇAS			
Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
2.005 - MANUTENÇÃO DA SEC DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa			
0009 - COORDENAÇÃO DA DEFESA CIVIL			
Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1.144 - CONSTRUÇÃO DE AGUADAS E BARRAGENS	Aguadase e/ou Barragens Construídas	Unidade	5
2.188 - COORDENADORIA DA DEFESA CIVIL	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa			
0010 - GERENCIAMENTO DA GUARDA MUNICIPAL			
Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
2.144 - MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa			
0011 - GERENCIAMENTO COMBATE A SECA			
Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
2.160 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE COMBATE A SECA	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa			
0012 - FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DA SEGURANÇA MUNICIPAL			
Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1.019 - CONSTRUÇÃO DE SEDE PRÓPRIA DA GUARDA MUNICIPAL	Sede da Guarda Municipal Construída	Unidade	1

Prefeitura Municipal de Uauá



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
Relatório de Metas e Prioridades

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

Programa

0013 - EXPANSÃO URBANA E MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1.008 - PAVIMENTAÇÃO E CALÇAMENTO DE RUAS DA SEDE E DISTRITOS DO MUNICÍPIO	Ruas Pavimentadas e Calçadas	Unidade	10
1.173 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E PASSARELAS	Pontes e Passarelas Construídas	Unidade	7
2.041 - MANUTENÇÃO DE LIMPEZA PÚBLICA	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.046 - MANUTENÇÃO DA SEC MUN DE INFRAESTRUTURA, TRANSP E SERV PÚBLICOS	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa

0015 - GERENCIAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1.174 - AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO CEMITERIO	Cemitério Ampliado e/ou Estruturado	Unidade	4
2.109 - EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.183 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa

0016 - GERENCIAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
2.182 - MANUTENÇÃO DA SEC DE GOVERNO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa

0017 - GERENCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO E REFORMA AGRÁRIA

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1.010 - CONSTRUÇÃO DE FEIRA LIVRE	Feira Livre Construída	Unidade	1
1.225 - CRIAÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS	Hortas Comunitárias Criadas	Unidade	2
1.229 - RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	Estradas Recuperadas	KM	300

Prefeitura Municipal de Uauá



Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021 Relatório de Metas e Prioridades

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

2.042 - MANUTENÇÃO DE POÇOS TUBULARES	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.043 - LIMPEZA DE BARRAGENS E AGUADAS	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.044 - MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.051 - MANUTENÇÃO DA SEC MUN AGRICULT, DESENV AGRÁRIO E REC HÍDRICOS	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.190 - APOIO À REALIZAÇÃO DE EXPOSIÇÕES E FEIRAS DE ANIMAIS	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.191 - MANUT. DOS CONSELHOS MUNIC. DE AGRICULT, DESENV AGRÁRIO E REC HÍDRICOS	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.192 - MANUTENÇÃO DO ESPAÇO P/ COMERCIAL. DOS PROD. DA AGRIC. FAMILIAR E CFP	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.195 - MANUTENÇÃO DO SELO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.197 - MANUTENÇÃO DA APICULTURA	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.198 - MANUTENÇÃO DO GARANTIA SAFRA	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.993 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOOVINOCULTURA	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa

0020 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MUNICIPAL

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1.004 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES	Unidades Escolares Construídas e/ou Ampliadas	Unidade	1
1.005 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES	Creches Construídas e/ou Ampliadas	Unidade	1
1.006 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS ESCOLARES	Quadras Escolares Construídas e/ou Ampliadas	Unidade	8
2.022 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.024 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.026 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.027 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.028 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Prefeitura Municipal de Uauá



Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021 Relatório de Metas e Prioridades

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

2.029 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.030 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.032 - MANUT. DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.031 - MANUT. DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.032 - MANUT. DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.180 - MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE APOIO AO ENSINO SUPERIOR	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa

0021 - FOMENTO AO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1.130 - CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	Quadras Poliesportivas Construídas e/ou	Unidade	9
2.070 - MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO DO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.101 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE INCENTIVO AO ESPORTE	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.125 - DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO ESCOLAR	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.179 - MANUTENÇÃO DAS POLITICAS VOLTADAS A JUVENTUDE	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa

0022 - DESENVOLVIMENTO DA SAUDE MUNICIPAL

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1.001 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CAPS	CAPS Construído e/ou Ampliado	Unidade	1
1.007 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Sistema de Abastecimento	Unidade	1
2.012 - MANUT. DAS AÇÕES DE ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBULAT. E HOSPITALAR	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.013 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL SAÚDE	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Prefeitura Municipal de Uauá



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
Relatório de Metas e Prioridades

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

2.014 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.064 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.078 - MANUTENÇÃO DA CLINICA DE FISIOTERAPIA	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.193 - APOIO AO TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.196 - MANUT. DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS - CONS. INTERF. DE SAÚDE DA REGIÃO DE JUAZEIRO	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa

0023 - DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1.003 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	Unidade de Saúde Construída e/ou	Unidade	3
2.019 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa

0024 - EXPANSÃO ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
2.018 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa

0025 - DESENVOLVIMENTO VIG SAÚDE/SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1.226 - IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES	Melhorias Sanitárias Realizadas	Unidade	90
2.017 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa

0026 - NOVOS HORIZONTES NA ASSISTENCIA SOCIAL

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1.222 - CONSTRUÇÃO DO CRAS E/OU CREAS	CRAS e/ou CREAS Construído	Unidade	2

Prefeitura Municipal de Uauá



Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021 Relatório de Metas e Prioridades

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

2.035 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.037 - BLOCO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CAD. ÚNICO	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.038 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESP. DE MÉDIA COMPLEXIDADE	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.052 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - FIA	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.053 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.054 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.055 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENV. SOCIAL E COMBATE A POBREZA	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.066 - MANUT. DO CMDCA - CONS. MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.073 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.074 - MANUT. DO CONSELHO MUNIC. DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.075 - BLOCO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL - SUAS	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.076 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DE SEG. ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.085 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.123 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.147 - GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A MULHER	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa

0027 - FOMENTO AO TURISMO

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1.009 - IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURA TURÍSTICA	Estrutura Turística Implantada	Unidade	1
1.016 - IMPLANTAÇÃO DE ÍCONE REPRESENTATIVO DA CAPITAL DO BODE	Ícone Representativo Da Capital Do Bode	Unidade	1
2.194 - APOIO CULTURAL, TURÍSTICO E AMB. GRUTA DO JERÔNIMO	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Prefeitura Municipal de Uauá



Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021 Relatório de Metas e Prioridades

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

Programa			
0028 - FOMENTO AO MEIO AMBIENTE			
Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1.227 - IMPLANTAÇÃO DO HORTO FLORESTAL MUNICIPAL	Horto Florestal Implantado	Unidade	1
2.201 - MANUT. DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENV. SUSTENTÁVEL	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.199 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.117 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa			
0029 - FOMENTO A CULTURA			
Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
2.048 - PROMOÇÃO DE FESTAS E EVENTOS CULTURAIS E POPULARES	Eventos e Festas Realizados	Unidade	22
2.071 - MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.115 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa			
0030 - DESENVOLVIMENTO ADMINISTRAÇÃO			
Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1.228 - CONSTRUÇÃO DA CASA DOS CONSELHOS	Casa dos Conselhos Construída	Unidade	1
2.049 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA TURISMO E MEIO AMBIENTE	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2.996 - MANUTENÇÃO DA OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO - OGM	Serviços Mantidos	Percentual	100%

LINDOMAR DE ABREU DANTAS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA DE CÁLCULO 2021

1. Memória e Metodologia de Cálculo da Previsão das Receitas.

Considerando que, para o planejamento governamental, o dimensionamento da disponibilidade de recursos com que se poderá contar para o desenvolvimento das ações é condição necessária para o sucesso da aplicação de recursos, a projeção das receitas é fundamental para determinar as despesas, uma vez que serão a base para a fixação dos gastos.

Buscando demonstrar a metodologia utilizada para elaboração da Previsão de Receitas para o exercício de 2021, 2022 e 2023, projeções essas que servirão como parâmetros para elaboração do Orçamento.

Conforme dispõe o Artigo 30 da Lei nº 4320/64 que institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos

Municípios e do Distrito Federal, a estimativa da receita terá como base a arrecadação histórica dos três últimos exercícios, pelo menos, apuradas com base nos demonstrativos de receitas.

1.1 Metodologia de Cálculo utilizada

A metodologia utilizada na projeção de receitas orçamentárias foi baseada no modelo incremental de projeção utilizando a série histórica de arrecadação. Este modelo, além de facilitar a compreensão, passo a passo, dos cálculos inerentes às previsões de receita e da simplicidade de utilização, busca traduzir matematicamente o comportamento da arrecadação de uma determinada receita ao longo dos anos anteriores e projeta-se os valores para os anos seguintes.

No modelo incremental de projeção pela série histórica de arrecadação obtém-se a previsão através da arrecadação anual dos últimos 03 (três) anos anteriores (base de cálculo), corrigida por parâmetros de atualização de valores, baseada na seguinte lógica: considera como base a arrecadação do período anterior, onde se aplica a Variação de Preços (índice de correção da receita por elevação ou queda de preços), a Variação de Quantidade (índice de crescimento ou decréscimo real do setor da economia) e o Efeito Legislação, se ocorrer (variação da receita decorrente de alterações na legislação vigente).

A referida metodologia matematicamente é traduzida pela seguinte fórmula:

$$Re = (Aa) * (1+EP) * (1+EQ) * (1+EL)$$

Onde:

Re: Receita Estimada
Aa: Arrecadação do Período Anterior
(1+EP): Índice de Variação de Preços
(1+EQ): Crescimento da Economia
(1+EL): Efeito Legislação

1.2 Formação do Banco de Dados dos Últimos três exercícios

Para aplicação da metodologia é elaborado banco de dados contendo as informações históricas dos últimos três exercícios de todas as receitas arrecadadas pela entidade, devidamente classificadas por rubricas conforme demonstrativos contábeis relativos às prestações de contas dos respectivos exercícios.

Desta, forma apresentamos abaixo as informações históricas de arrecadação:

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADAÇÃO		
	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES	52.459.466,47	58.162.039,83	65.643.014,90
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	4.983.633,17	2.965.999,38	3.151.276,17
Impostos	4.700.309,81	2.697.207,15	2.793.504,32
Taxas	283.323,36	268.792,23	357.771,85
Contribuição de Melhoria	-	-	-
Contribuições	230.189,07	73.823,41	55.022,23
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	815.538,25	788.794,12	214.770,96
Transferências Correntes	46.419.716,30	54.301.374,12	59.793.138,98
Participação na Receita da União	20.033.652,10	21.366.388,01	23.260.621,99
Outras Transferências da União	6.618.398,25	8.424.459,16	10.883.211,56
Participação na Receita dos Estados	5.526.112,50	6.509.641,75	6.789.689,25
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-
Transferências de Instituições Públicas	14.076.025,85	16.696.836,48	18.859.616,18
Convênios - Correntes	165.527,60	1.304.048,72	-
Outras Receitas Correntes	10.389,68	32.048,80	2.428.806,56
Outras Receitas Correntes	10.389,28	31.961,80	2.428.547,37
Demais Receitas Correntes	2,40	87,00	259,19
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	1.753.852,97	1.333.212,76
Operação de crédito	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-
Alienações de Bens	-	-	-
Convênios - Capital	100.000,00	1.753.852,97	1.333.212,76
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA	4.804.588,42	5.094.319,01	5.501.305,47
TOTAL	47.754.878,05	54.821.573,79	61.474.922,19

1.3 Índices de Correção

Os índices utilizados buscam consolidar de forma confiável as projeções do comportamento da economia Brasileira e da Bahia. Para esse estudo foi aplicado o índice oficial de inflação do Brasil, o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, é por ele que se mede as metas inflacionárias, encontrado no Relatório de Inflação do Banco Central. E, o índice de crescimento obtido pelo PIB - Produto Interno Bruto, o qual representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país, ambos utilizados para o período de projeção desta peça Orçamentária.

VARIÁVEIS	2021	2022	2023
PIB Nacional (crescimento % anual)	2,50	2,50	2,50
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação.	3,57	3,50	3,50
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	346.800,00	368.800,00	391.251,00

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA DE CÁLCULO 2021

Com base nos anos anteriores é estabelecida a base da arrecadação, utilizamos a média aritmética e sobre esta base aplicamos os fatores capazes de influenciar na arrecadação municipal. Salientamos que não há metodologia específica para elaboração da projeção das receitas de convênios, pois estas não seguem uma regularidade seqüencial, depende do projeto e da vontade dos órgãos para sua efetivação. Seus valores não sofrem influências estatísticas. Em verdade, o convênio é uma realização de parceria com diversos órgãos federais e estaduais, e normalmente o município executa as ações com recursos externos. Tais valores serão inseridos na projeção de acordo com os instrumentos legais firmados pelas entidades com os respectivos órgãos concedentes.

Montante da Dívida Pública

O art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, estabelece que o demonstrativo de metas anuais deverá ser instruído com a memória e metodologia de cálculo, visando esclarecer a forma de obtenção dos valores.

A partir desta determinação da lei, foram elaborados modelos de demonstrativos com a memória de cálculo e a metodologia utilizada para a obtenção dos valores relativos, a receitas, despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e montante da Dívida Pública.

Os modelos desenvolvidos incluem um exemplo prático da forma de elaboração e preenchimento dos valores encontrados.

2.1 Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as receitas

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL DAS RECEITAS		
	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES	67.481.700,00	69.122.300,00	70.850.200,00
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	3.719.100,00	3.809.700,00	3.904.700,00
Impostos	3.351.200,00	3.432.800,00	3.518.500,00
Taxas	367.900,00	376.900,00	386.200,00
Contribuição de Melhoria	-	-	-
Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	123.300,00	126.300,00	129.500,00
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Transferências Correntes	63.609.500,00	65.155.800,00	66.784.800,00
Participação na Receita da União (FPM, ITR, IPI)	26.172.700,00	26.808.900,00	27.479.100,00
Outras Transferências da União	9.432.200,00	9.661.600,00	9.903.100,00
Participação na Receita dos Estados	7.587.700,00	7.772.100,00	7.966.500,00
Transferências dos Municípios e de Suas Entidades	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	19.570.600,00	20.046.300,00	20.547.500,00
Convênios - Correntes	846.300,00	866.900,00	888.600,00
Outras Receitas Correntes	28.800,00	29.500,00	30.200,00
Outras Receitas Correntes	28.800,00	29.500,00	30.200,00
Receitas Diversas	-	-	-
RECEITA DE CAPITAL	7.158.300,00	3.953.100,00	4.051.900,00
Operação de crédito	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-
Alienações de Bens	60.000,00	-	-
Convênios -Capital	7.098.300,00	3.953.100,00	4.051.900,00
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA	6.190.000,00	6.340.500,00	6.499.000,00
TOTAL	68.450.000,00	66.734.900,00	68.403.100,00

2.1.1 - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita:

Receita Tributária

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2018	3.298.500,00	0
2019	3.359.700,00	1,82%
2020	3.922.900,00	14,36%
2021	3.719.100,00	-5,48%
2022	3.809.700,00	2,38%
2023	3.904.700,00	2,43%

Cota - Parte do Fundo de Participação dos Municípios

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2018	23.722.900,00	0
2019	24.760.600,00	4,19%
2020	26.292.300,00	5,83%
2021	26.131.900,00	-0,61%
2022	26.767.100,00	2,37%
2023	27.436.300,00	2,44%

Transferências de Recursos do SUS

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2018	5.693.100,00	0
2019	7.143.900,00	20,31%
2020	5.177.000,00	-37,99%
2021	6.068.000,00	14,68%
2022	6.215.500,00	2,37%
2023	6.370.900,00	2,44%

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2018	35.500,00	0
2019	2.589.200,00	98,63%
2020	68.500,00	-3679,85%
2021	28.800,00	-137,85%
2022	29.500,00	2,37%
2023	30.200,00	2,32%

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA DE CÁLCULO 2021

Receitas de Capital

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2018	1.950.400,00	0
2019	1.421.500,00	-37,41%
2020	5.042.000,00	71,81%
2021	7.158.300,00	29,56%
2022	3.953.100,00	-81,08%
2023	4.051.900,00	2,44%

2.2 Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL DAS DESPESAS		
	2021	2022	2023
DESPESAS CORRENTES	63.410.000,00	61.572.400,00	63.111.500,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.163.700,00	40.115.600,00	41.118.500,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	6.000,00	6.100,00	6.300,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.240.300,00	21.450.700,00	21.986.700,00
DESPESAS DE CAPITAL	5.040.000,00	5.162.500,00	5.291.600,00
INVESTIMENTOS	3.329.900,00	3.410.800,00	3.496.100,00
INVERSOES FINANCEIRAS	-	-	-
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-
AQUISIÇÃO DE TÍTULO DE CAPITAL	-	-	-
DEMAIS INVERSOES FINANCEIRAS	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.159.100,00	1.187.300,00	1.217.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	551.000,00	564.400,00	578.500,00
TOTAL	68.450.000,00	66.734.900,00	68.403.100,00

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2018	36.846.466,56	0
2019	36.775.045,71	-0,19%
2020	39.625.600,00	7,19%
2021	39.163.700,00	-1,18%
2022	40.115.600,00	2,37%
2023	41.118.500,00	2,44%

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2018	-	0
2019	-	0%
2020	11.300,00	100,00%
2021	6.000,00	-88,33%
2022	6.100,00	1,64%
2023	6.300,00	3,12%

Reserva de Contingência

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2018	-	0
2019	-	0%
2020	610.000,00	100,00%
2021	551.000,00	-10,71%
2022	564.400,00	2,37%
2023	578.500,00	2,44%

Investimentos

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2018	1.423.726,42	0%
2019	2.513.376,06	43,35%
2020	5.603.500,00	55,15%
2021	3.329.900,00	-68,28%
2022	3.410.800,00	2,37%
2023	3.496.100,00	2,44%

Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2018	17.160.678,37	0%
2019	25.032.579,53	31,45%
2020	19.327.900,00	-29,52%
2021	24.240.300,00	20,27%
2022	21.450.700,00	-13,00%
2023	21.986.700,00	2,44%

Amortização da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2018	1.766.476,32	0%
2019	782.783,44	-125,67%
2020	821.700,00	4,74%
2021	1.187.300,00	30,79%
2022	1.217.000,00	2,44%
2023	1.217.000,00	0,00%

Prefeitura Municipal de Uauá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA DE CÁLCULO 2021

2.3 - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, fazemos, a seguir, uma demonstração a respeito da memória de cálculo das metas de resultado primário, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios subsequentes.

META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)	61.291.700,00	62.781.800,00	64.351.200,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.719.100,00	3.809.700,00	3.904.700,00
Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	123.300,00	126.300,00	129.500,00
Aplicações Financeiras (II)	123.300,00	126.300,00	129.500,00
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Transferências Correntes	57.419.500,00	58.815.300,00	60.285.800,00
Demais Receitas Correntes	29.800,00	30.500,00	31.200,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)	61.168.400,00	62.655.500,00	64.221.700,00
RECEITA DE CAPITAL (IV)	7.158.300,00	3.953.100,00	4.051.900,00
Operações de Crédito (V)	-	-	-
Amortização de Empréstimos (VI)	-	-	-
Alienação de Ativos	60.000,00	-	-
Transferência de Capital	7.098.300,00	3.953.100,00	4.051.900,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI)	7.158.300,00	3.953.100,00	4.051.900,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)	68.326.700,00	66.608.600,00	68.273.600,00
DESPESAS CORRENTES (X)	63.410.000,00	61.572.400,00	63.111.500,00
Pessoal e Encargos Sociais	39.163.700,00	40.115.600,00	41.118.500,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	6.000,00	6.100,00	6.300,00
Outras Despesas Correntes	24.240.300,00	21.450.700,00	21.986.700,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTE (XII) = (X-XI)	63.404.000,00	61.566.300,00	63.105.200,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	4.489.000,00	4.598.100,00	4.713.100,00
Investimentos	3.329.900,00	3.410.800,00	3.496.100,00
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida (XIV)	1.159.100,00	1.187.300,00	1.217.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	3.329.900,00	3.410.800,00	3.496.100,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (XVI)	551.000,00	564.400,00	578.500,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII+XV+XVI)	67.284.900,00	65.541.500,00	67.179.800,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	1.041.800,00	1.067.100,00	1.093.800,00

2.4 - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, fazemos, a seguir, uma demonstração a respeito da memória de cálculo das metas de resultado nominal, para o exercício financeiro a que se refere a LDO.

META FISCAL - RESULTADO NOMINAL			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I)	68.326.700,00	66.608.600,00	68.273.600,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II)	67.284.900,00	65.541.500,00	67.179.800,00
RESULTADO PRIMÁRIO (III) (I - II)	1.041.800,00	1.067.100,00	1.093.800,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	77.500,00	79.400,00	81.400,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	-	-	-
RESULTADO NOMINAL - (VI) = III + (IV - V)	1.119.300,00	1.146.500,00	1.175.200,00

Nota: O cálculo das Metas Anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN.

2.5 - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, fazemos, a seguir, uma explanação a respeito da memória de cálculo das metas anuais para o Montante da Dívida Pública, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois subsequentes.

META FISCAL MONTANTE DA DÍVIDA			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	29.974.200,00	29.515.500,00	29.036.400,00
Dívida Mobiliária	-	-	-
Outras Dívidas	29.974.200,00	29.515.500,00	29.036.400,00
DEDUÇÕES (II)	1.881.700,00	1.927.400,00	1.975.600,00
Disponibilidade de Caixa	1.881.700,00	1.927.400,00	1.975.600,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.223.000,00	4.325.600,00	4.433.800,00
(-) Restos a Pagar Processados	2.341.300,00	2.398.200,00	2.458.200,00
Haveres Financeiros	-	-	-
DCL (III) = (I-II)	28.092.500,00	27.588.100,00	27.060.800,00